



FEDERAÇÃO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO



ANÁLISE



FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES 2026/2027

O que nos dizem os resultados da
1.ª fase do acesso ao ensino superior

24 AGOSTO 2026

ANÁLISE DA FNE

FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES 2026/2027

O que nos dizem os resultados da 1.ª fase do acesso ao ensino superior

Os resultados da 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior de 2026/2027 trazem um sinal positivo para a Educação: **1.302 estudantes foram colocados em licenciaturas em Educação Básica**, mais 103 do que no ano anterior, correspondendo a um crescimento de **8,6%**. Em apenas dois anos, entre 2024 e 2026, o número de colocados passou de 997 para 1.302, um aumento de **30,6%**.

É uma evolução que a FNE deve valorizar. Demonstra que **é possível recuperar o interesse dos jovens por percursos académicos associados à profissão docente**.

Mas os números exigem uma segunda leitura.

Portugal precisará de recrutar aproximadamente **38 mil novos docentes até 2034/2035**, numa média de cerca de **3.800 por ano**, segundo o mais recente Estudo de Diagnóstico de Necessidades Docentes da DGEEC/Nova SBE.

Assim, o crescimento verificado na Educação Básica é uma boa notícia, mas **não permite concluir que o problema da falta de professores esteja em vias de resolução**.

1. Educação Básica: uma recuperação muito significativa

A evolução dos últimos anos é clara:

Ano letivo de ingresso	Vagas	Colocados na 1.ª fase	Evolução
2024/2025	993	997	-
2025/2026	1.197	1.199	+20,3%
2026/2027	1.344	1.302	+8,6%

Em 2024, os 997 estudantes colocados correspondiam à ocupação integral da oferta disponível. Para 2025 foram fixadas 1.197 vagas e, em 2026, o número voltou a crescer para **1.344 vagas, mais 147 (+12,3%) do que no ano anterior**.

Em 2026/2027 ficaram ocupados **96,9% dos lugares disponibilizados**.

Um crescimento de 30,6% em dois anos

Entre 2024 e 2026: **997 → 1.199 → 1.302 estudantes**

Isto significa que, relativamente a 2024, existem agora **mais 305 jovens a entrar anualmente nas licenciaturas em Educação Básica**.

2. Onde se formam estes estudantes?

A oferta pública de 2026/2027 distribui-se por **22 instituições/cursos**.

Oferta pública - Educação Básica 2026/2027

Instituição	Vagas iniciais	Sobras após 1.ª fase
Universidade dos Açores	28	0
Universidade de Aveiro	65	0
Universidade de Évora	36	0
Universidade da Madeira	25	0
Universidade do Minho	69	0
UTAD	68	0
IP Beja – ESE	42	6
IP Bragança – ESE	75	0
IP Castelo Branco – ESE	42	0
IP Coimbra – ESE	96	0
IP Guarda – ESECD	44	2
IP Leiria – ESECS	97	0
IP Lisboa – ESE	117	0
IP Portalegre – ESECS	65	37
IP Porto – ESE	120	0
IP Santarém – ESE	70	0
IP Setúbal – ESE	57	0
IP Viana do Castelo – ESE	80	0
IP Viseu – ESE	65	0
Universidade do Algarve – ESEC	42	0
IP Lisboa – pós-laboral	21	0
IP Setúbal – pós-laboral	20	1

3. Um dado importante: 18 das 22 ofertas ficaram sem vagas sobrantes

Este é um resultado que merece destaque, uma vez que das **22 ofertas públicas de Educação Básica**, apenas quatro apresentavam vagas sobrantes após a primeira fase: Beja; Guarda; Portalegre; Setúbal.

Ou seja: **18 em 22 ofertas ficaram sem qualquer vaga disponível após a 1.ª fase**.

Mais significativo ainda é perceber onde se concentram as vagas não preenchidas.

Das **46 vagas iniciais ainda sobrantes**, **37 encontram-se exclusivamente em Portalegre**, representando cerca de **80% das vagas não preenchidas**.

Portanto, não estamos perante uma rejeição nacional dos cursos de Educação Básica, mas perante um problema **territorializado**.

4. Portalegre constitui a principal exceção

A situação do Instituto Politécnico de Portalegre merece análise particular, pois foram abertas **65 vagas em Educação Básica**, tendo ficado **37 disponíveis para a segunda fase**. Isto contrasta fortemente com:

Porto	120 vagas e nenhuma sobra;	A conclusão é importante: O desafio já não parece ser apenas criar mais vagas. É garantir que as vagas existem nos territórios, instituições e modalidades onde os estudantes estão disponíveis para as frequentar.
Lisboa	117 + 21 pós-laboral e nenhuma sobra;	
Leiria	97 e nenhuma sobra;	
Coimbra	96 e nenhuma sobra;	
Viana do Castelo	80 e nenhuma sobra;	
Bragança	75 e nenhuma sobra;	
Santarém	70 e nenhuma sobra;	
Minho	69 e nenhuma sobra;	
UTAD	68 e nenhuma sobra.	

5. Outro sinal: Educação Básica comportou-se melhor do que muitos cursos

Os resultados globais de 2026 mostram 49.991 estudantes colocados no ensino superior público, mais 13,9% do que em 2025. Mas muitas licenciaturas continuam a apresentar dezenas de lugares vagos.

A Educação Básica distingue-se pelo nível de preenchimento: **96,9% das vagas ficaram ocupadas**.

Não é, portanto, correto afirmar simplesmente que «os jovens já não querem ser professores».

Há atualmente uma recuperação apreciável da procura pela formação associada à docência nos primeiros níveis de escolaridade.

6. Mas 1.302 estudantes de Educação Básica não significam 1.302 professores

Esta distinção é fundamental, porque a licenciatura em Educação Básica tem **180 ECTS e três anos de duração**, mas **não é, isoladamente, habilitação profissional para a docência**. O percurso terá de prosseguir através dos mestrados que conferem habilitação profissional para a docência.

Consequentemente: **1.302 colocados ≠ 1.302 novos professores daqui a alguns anos**.

Entre a entrada na licenciatura e o ingresso efetivo na profissão existirão: abandono ou mudança de curso; não conclusão da licenciatura; estudantes que não prosseguirão para mestrado; diferentes escolhas de especialização; abandono durante o mestrado; diplomados que optarão por outras atividades profissionais.

É precisamente neste percurso que se necessita começar a medir aquilo a que podemos chamar: **taxa de conversão em professor**, ou seja:

Quantos estudantes entram	➔	Quantos concluem	➔	Quantos obtêm habilitação profissional	➔	Quantos entram efetivamente nas escolas	➔	Quantos permanecem na profissão
----------------------------------	---	-------------------------	---	---	---	--	---	--

Sem conhecer esta cadeia, contar apenas vagas ou ingressos pode produzir uma imagem excessivamente otimista.

7. O verdadeiro problema aparece quando cruzamos estes números com as necessidades do sistema

O Estudo de Diagnóstico de Necessidades Docentes de 2025 a 2034 estima que Portugal Continental terá necessidade de recrutar:

Setor	Novos docentes necessários até 2034/35
Educação Pré-Escolar	4.053
1.º Ciclo	5.190
2.º Ciclo	6.407
3.º Ciclo e Secundário	20.606
Total, incluindo restantes grupos	38.779

O cenário ajustado continua a apontar para aproximadamente **38.084 novos docentes**, ou uma média de **3.808 novos professores por ano**. Isto coloca os 1.302 ingressos em Educação Básica na verdadeira escala do problema.

8. O maior alerta está no 3.º ciclo e ensino secundário

Este é um dos pontos mais importantes para a FNE, uma vez que dos cerca de 38,8 mil docentes que será necessário recrutar: **20.606 serão necessários no 3.º ciclo e ensino secundário**.

Mais de metade das necessidades projetadas encontra-se, portanto, nestes níveis de ensino.

E aqui a análise do Concurso Nacional de Acesso torna-se muito mais difícil, porque os futuros professores de: Matemática; Português; Física e Química; Biologia e Geologia; História; Geografia; Informática; Inglês; Filosofia; Educação Física; não ingressam necessariamente numa licenciatura chamada «Ensino».

Podem começar por Matemática, História, Biologia, Física, Línguas, Informática, etc., e só posteriormente ingressar num mestrado em ensino.

Portanto, os dados do acesso ao ensino superior não permitem saber diretamente quantos dos novos alunos destas licenciaturas pretendem tornar-se professores.

9. E há sinais preocupantes precisamente nessas áreas

A listagem de vagas sobranes mostra que algumas licenciaturas que constituem potenciais bases de recrutamento para futuros professores continuam com capacidade por preencher.

A título ilustrativo, após a 1.ª fase existiam vagas em cursos como: Física; Química; Matemática; Biologia e Geologia; Filosofia; Português e línguas; várias áreas científicas e tecnológicas.

Por exemplo, no ensino universitário ficaram disponíveis lugares em Física, Química e Matemática em diferentes universidades, bem como em Biologia e Geologia e outras áreas relacionadas com grupos docentes onde existem necessidades atuais ou futuras.

Isto significa que a recuperação observada na Educação Básica **não pode ser automaticamente extrapolada para a formação de professores do 3.º ciclo e secundário**.

10. O mapa das necessidades também não coincide totalmente com o mapa da formação

O estudo da DGEEC/Nova SBE estima as seguintes necessidades cumulativas até 2034/2035:

Região	Novos docentes necessários
Norte	13.381
Área Metropolitana de Lisboa	10.711
Centro	9.656
Alentejo	3.221
Algarve	1.810

O Norte será, em termos absolutos, a região com maior necessidade futura de recrutamento, e a Área Metropolitana de Lisboa surge imediatamente depois, reforçando a necessidade de ligar:

formação inicial → necessidades por grupo → necessidades territoriais → incentivos à fixação.

11. Um paradoxo que a política educativa precisa de resolver

Portugal poderá vir a ter simultaneamente: **mais jovens interessados em formação docente e falta de professores nas escolas.**

O problema decorre do desfasamento entre:

- os grupos disciplinares escolhidos;
- o número de diplomados;
- as necessidades das escolas;
- a localização geográfica;
- a conclusão da profissionalização;
- e a disponibilidade dos novos professores para permanecerem na profissão.

É por isso insuficiente medir apenas «quantos estudantes entram». É preciso saber **onde entram, para que grupo se qualificam, onde são necessários e quantos permanecem como professores.**

12. A leitura FNE

A profissão docente mostra sinais de recuperação da sua capacidade de atração.

O crescimento de **30,6% nos colocados em Educação Básica entre 2024 e 2026** demonstra que políticas públicas de incentivo à formação podem produzir resultados.

Mas também seria precipitado transformar esta evolução na conclusão de que a crise de professores está resolvida. Os estudantes que agora entram numa licenciatura de três anos só poderão chegar à profissão depois de completarem a respetiva formação profissionalizante.

E Portugal necessita, entretanto de cerca de: **3.800 novos professores por ano.**

Além disso, a maior necessidade futura não se encontra na Educação Básica, mas no **3.º ciclo e secundário**, onde serão necessários mais de **20 mil novos professores até 2034/2035.**

13. Cinco conclusões estratégicas para a FNE

1. Há uma recuperação real da atratividade	Passar de 997 para 1.302 colocados em Educação Básica em dois anos é um sinal que deve ser reconhecido.
2. A oferta adicional encontrou procura	O aumento para 1.344 vagas não conduziu a uma proliferação generalizada de lugares vazios: a taxa global de ocupação atingiu 96,9%.
3. O problema é parcialmente territorial	A enorme concentração das vagas sobranes em Portalegre demonstra que simplesmente aumentar vagas indiscriminadamente não é suficiente.
4. Falta conhecer o «funil da formação docente»	O Ministério deveria publicar anualmente: ingressos → diplomados → inscritos em mestrados de ensino → profissionalizados → novos professores → permanência aos 3 e 5 anos.
5. A grande emergência continua no 3.º ciclo e secundário	Mais de 20.600 dos novos professores necessários até 2034/35 serão destinados a estes níveis. Portugal necessita urgentemente de uma política específica de atração para os grupos disciplinares deficitários.

14. Proposta FNE: criar um Observatório Nacional da Formação e Necessidades Docentes

A FNE defende a criação de um sistema permanente que cruze, anualmente:

Escolas + instituições de ensino superior + dados de recrutamento docente.

Com o objetivo de produzir previsões a cinco/dez anos de:

- professores necessários por grupo de recrutamento;
- aposentações;
- estudantes em formação;
- diplomados;
- capacidade dos mestrados profissionalizantes;
- défice ou excedente previsível;
- distribuição por QZP;
- taxa de entrada na profissão;
- abandono durante os primeiros anos.

Em vez de reagir todos os meses de setembro à falta de professores, Portugal passaria finalmente a **planear os professores de que necessitará daqui a cinco e dez anos.**

15. Conclusão

Os resultados do acesso ao ensino superior em 2026 deixam um sinal de esperança que importa reconhecer: **há mais jovens a escolher percursos que podem conduzir à docência.**

Os 1.302 novos estudantes colocados em Educação Básica, representando um crescimento de 30,6% relativamente a 2024, mostram que é possível recuperar progressivamente a capacidade de atração de uma profissão que, durante demasiado tempo, foi perdendo candidatos. É uma boa notícia para a Educação e para o país, mas deve ser lida com prudência e, sobretudo, com sentido de responsabilidade.

Portugal continuará a precisar de aproximadamente **38 mil novos docentes até 2034/2035**. Por isso, o aumento agora registado não significa que o problema da falta de professores esteja resolvido. Significa, isso sim, que temos uma oportunidade que não podemos desperdiçar. Estes jovens estão a dar um primeiro sinal de confiança na Educação e cabe ao país criar as condições para que essa escolha se transforme numa carreira profissional atrativa, valorizada e sustentável.

O verdadeiro desafio começa, portanto, depois do ingresso no ensino superior. É necessário garantir condições para que estes estudantes concluam a sua formação, prossigam para os mestrados que conferem habilitação profissional, ingressem nas escolas e, sobretudo, **queiram permanecer na profissão**. Não basta aumentar vagas ou incentivar candidaturas se, quando chegam às escolas, os novos professores encontram precariedade, instabilidade, salários pouco competitivos, dificuldades de acesso à habitação, excesso de burocracia, sobrecarga de trabalho e reduzidas perspetivas de progressão e valorização profissional.

É por isso que a resposta à falta de professores não pode começar apenas no recrutamento quando já existem horários por preencher. Tem de começar muito antes, através de uma verdadeira estratégia nacional para a profissão docente, articulando formação inicial, necessidades futuras do sistema educativo, incentivos à entrada na profissão, estabilidade profissional, condições de trabalho, valorização salarial e perspetivas de carreira.

Mais jovens querem chegar à docência. Agora é preciso garantir que chegam às escolas e que ficam. Esse é o desafio que os números de 2026 colocam ao país. Transformar estudantes em professores, transformar professores em profissionais reconhecidos e valorizados e fazer da entrada na profissão uma escolha com futuro.

Atrair não chega. É preciso formar, fixar e reter.

Só assim teremos os professores de que as escolas precisam hoje e precisarão no futuro.

Porto, 24 de agosto de 2026

Federação Nacional da Educação

www.fne.pt